



Revista Andina de Estudios Políticos

REVISTA ANDINA DE ESTUDIOS POLÍTICOS

ISSN: 2221-4135 [Online]

URL: <http://iepa.org.pe/raep>

MUNIZ, María Luiza (2013). O ano internacional da comunicação indígena: uma agenda comum para recuperar a palavra. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, 4-16.

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos (IEPA)

Todos los derechos reservados

Este producto está licenciado por Creative Commons. El Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista de Estudios Políticos Andinos es una plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

O ANO INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA: UMA AGENDA COMUM PARA RECUPERAR A PALABRA

INTERNATIONAL YEAR OF INDIGENOUS COMMUNICATION: A COMMON AGENDA TO RECOVER THE WORD

MUNIZ, María Luiza
Universidade de Brasília

RESUMO:

No Ano Internacional da Comunicação Indígena (2012), declarações, manifestos, cartas, seminários, congressos e diversos eventos em âmbito local, nacional e internacional demonstraram as dificuldades e desafios compartilhados pelos povos indígenas originários, particularmente quanto à temática dos direitos à comunicação e informação. Este trabalho abriga a descrição de alguns dos principais eventos ocorridos ao longo de 2012, recorrendo aos registros e documentos finais disponibilizados para identificar os papéis atribuídos à comunicação em meio às lutas dos povos originários e suas visões de mundo. A preocupação com a questão da comunicação se dá no cotidiano dos conflitos contra a militarização, em defesa de novos modelos de desenvolvimento baseados no *Buen vivir*, nos direitos da *Pacha Mama* ou *Madre Tierra* e em três princípios norteadores: reciprocidade, complementaridade e equilíbrio.

Palavras-chave: Comunicação; Povos indígenas; Buen vivir.

ABSTRACT:

During the International Year of Indigenous Communication (2012), statements, manifestos, documents, seminars, congresses and many local, national and international events demonstrate the difficulties and challenges shared by the original indigenous people, especially concerning the communication and information rights. This paper presents the description of some of the main events that occurred during 2012, evoking the in formations and final documents available in the internet to identify the roles attributed to the communication among the indigenous people fights and their world conception. The concerns about the matter of communication emerge in the day-to-day conflicts against the militarization, in the context of new development models based on *Buen vivir*, on the rights of *Pacha Mama* or *Madre Tierra* and in three guiding principles: reciprocity, complementarily and balance.

Keywords: Communication; Indigenous people; Buen Vivir.

Maria Luiza de Castro Muniz: Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência Política, historiadora e jornalista. Email: muniz.malu@gmail.com

O ANO INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO INDÍGENA: UMA AGENDA COMUM PARA RECUPERAR A PALABRA

Introdução

No Ano Internacional da Comunicação Indígena, declarações, manifestos, cartas, seminários, congressos e diversos eventos em âmbito local, nacional e internacional demonstraram as dificuldades e desafios compartilhados pelos povos indígenas originários, particularmente quanto à temática dos direitos à comunicação e informação. Este trabalho abriga a descrição de alguns dos principais eventos ocorridos ao longo de 2012, recorrendo aos registros e documentos finais disponibilizados para identificar os papéis atribuídos à comunicação em meio às lutas dos povos originários e suas visões de mundo.

A preocupação com a questão da comunicação se dá no cotidiano dos conflitos contra a militarização, em defesa de novos modelos de desenvolvimento baseados no *Buen vivir*, nos direitos da *Pacha Mama* ou *Madre Tierra* e em três princípios norteadores: reciprocidade, complementaridade e equilíbrio.

Em 2012, tornou-se visível a capacidade de articulação e elaboração de agendas comuns, desenvolvida ao longo das últimas décadas. Uma amostra é o *Festival Internacional de Cine y Comunicación Indígena* que chegou a sua décima primeira edição. A última foi no Equador, em meio ao contexto das marchas de 2010 por conta da *Ley del Agua*. Outro exemplo mais recente é representado pela ação da *Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas* (CAOI), criada em 2006 com o intuito de articular organizações indígenas de quatro países: Bolívia, Equador, Peru e Colômbia.

Realizado em julho, o III Congresso da CAOI se encerrou com a reafirmação do “*fortalecimiento y empoderamiento de los procesos de comunicación*” entre os temas prioritários do novo Conselho Diretivo (2012-2014), sob coordenação geral de Gerardo Jumí Tapia, da Organização Nacional Indígena Colombiana (ONIC). O Congresso foi traduzido pelos seus organizadores como um momento para repensar a política de comunicação desde a visão dos povos indígenas com incidência internacional, fortalecendo alianças com outras redes e movimentos sociais e repensando as políticas de articulação¹.

A preocupação das organizações indígenas com a comunicação não é um elemento recente entre a lista de reclamações, denúncias e exigências. Dentre os 123 vídeos compartilhados no *Youtube* pela *Confederación Nacional de Indígenas del Ecuador* (Conaie) em 2010, estão os registros do longínquo ano de 1990, quando ocorreu o Levante Indígena de *Inti Raymi*², que levou milhares de indígenas às ruas, em diferentes regiões do país. Quarenta minutos de registros audiovisuais mostram homens e mulheres com suas vestimentas características, marchando, cantando, dançando e empunhando a Wipala – bandeira símbolo dos povos andinos, especialmente da etnia Aymara-Quéchua (Sousa, 2006, pág. 75).

¹ Fonte: ONIC, *Congreso CAOI actualizó estrategias para la defensa de los derechos de los pueblos indígenas, la Madre Tierra y el Buen Vivir*. Disponível em: <http://cms.onic.org.co/2012/07/iii-congreso-caoi-actualizo-estrategias-para-la-defensa-de-los-derechos-de-los-pueblos-indigenas-la-madre-tierra-y-el-buen-vivir/> (último acesso 02.12.2012).

² O Inti Raymi ou Festa do Sol era, segundo Jesús Callejo Fuente, a festa mais importante do Império Inca. Realizada durante o solstício de inverno (24 de junho), representava, no calendário quéchua, o início de um novo ano solar. Em: Sousa, Adilson Amorim de. O levante dos “invisíveis” da história: o movimento indígena no Equador na década de 1990. Dissertação de Mestrado... 2006.189 f.

Em novembro de 2010, ocorreu a I *Cumbre Continental de Comunicación Indígena del Abya Yala*³ (América), ocasião em que diferentes povos e nacionalidades originárias, movimentos e organizações depositaram suas propostas, denúncias e exigências afins sobre os direitos à comunicação e informação. Foi então que se definiu a comemoração vinculada ao ano de 2012, acompanhada de extensa agenda preparatória para a II *Cumbre Continental* – Oaxaca, México/outubro de 2013. Demarcaram ainda a necessidade de sedimentar e fazer valer nacionalmente bases normativas para a comunicação indígena a partir daquelas firmadas em esfera internacional, a considerar: a Declaração Universal das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Nas últimas décadas, mudanças políticas foram acompanhadas por renovadas estratégias de comunicação e articulação dos povos indígenas, o que vem sendo potencializado pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Analisamos aqui a batalha da comunicação como parte de uma luta político-epistemológica que antepõe o seguinte desafio: garantir a institucionalização de políticas públicas em prol da comunicação indígena e manter a autonomia perante as esferas estatais.

O pensamento descolonial como referencial teórico

O *Caracazo* em 1989, na Venezuela; a Marcha pela Dignidade e pelo Território, unindo camponeses e indígenas em 1990, na Bolívia e no Equador; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e o fórum paralelo de várias ONGs e movimentos sociais, ativistas e movimentos sociais que, desde 1992, constituiu um crescente ciclo de mobilizações; o Levante Zapatista nas ruas e através das novas tecnologias de comunicação e informação (NTICs) a partir de 1994; enfim, estes movimentos/processos ocorreram no âmbito deste novo ciclo, com novas características, construções identitárias reflexivas e estratégias discursivas renovadas, bem como diferentes repertórios de mobilização e visibilização.

O desafio de estudar as atuais estratégias de comunicação indígena não poderá prescindir o fato de que nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 90, as lutas do movimento indígena na América Latina vêm sendo crescentemente marcadas por novas terminologias, léxicos reincorporados, semânticas reconstruídas. Isso, a nosso ver, se conecta ao processo que se denominou *descolonização do saber*.

No campo teórico há hoje uma vasta literatura “descolonial” que versa sobre o binômio modernidade/colonialidade como ruptura do paradigma europeu racionalidade/modernidade. Aníbal Quijano desenvolve sua análise sobre a *colonialidad del poder* somada àquela expressa também sobre o ser e o saber subalternizados. Constitutiva da modernidade, a colonialidade é vista pelo autor peruano como historicamente pautada pela noção de *raça*, de modo que elementos fenotípicos justificariam a subalternidade de índios, negros e mestiços, resultando numa sistemática divisão racial do trabalho. Paralelamente, as formas de controle do trabalho sob o contexto do capitalismo mundial assumiriam outras dimensões por meio do mesmo controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e da produção do conhecimento, sob a hegemonia de um determinado padrão mundial de poder. Quijano nos fala de “*relaciones intersubjetivas de dominación*” entre Europa e as demais partes do mundo, de um processo de longo prazo que implicou uma “*colonización de las perspectivas cognitivas, de los modos de producir u ortogar sentido a los resultados de la experiencia*”

³ *Abya Yala* é o nome dado ao continente americano pela etnia Kuna do Panamá e Colômbia antes da chegada dos europeus. Hoje, representantes de etnias indígenas defendem seu uso em referência ao continente, em vez do termo “América” atribuído pelos colonizadores.

material o intersubjetiva, del imaginario, del universo de relaciones intersubjetivas del mundo, de la cultura en suma” (Quijano, 2000, pág. 210).

A literatura descolonial converge no sentido da crítica ao conceito de modernidade referido fundamentalmente a ideias tidas como inovadoras, avançadas, caracterizadas pelo racional-cientificismo laico e secular. A universalização deste conceito, traduzida como a ocidentalização de todas as sociedades não europeias, teria confluído para a “erradicação” de qualquer heterogeneidade histórico-estrutural. Um padrão global de poder, com seus modelos intersubjetivos, é compreendido na forma de instituições hegemônicas, em diferentes âmbitos da existência social, através do Estado-nação, da família burguesa, da empresa capitalista, da racionalidade eurocêntrica, da relação capital-salário, da mercantilização da força de trabalho, do controle dos recursos e produtos etc. (Quijano, 2000, págs. 214-215).

Menos que “erradicação”, entretanto, acreditamos tratar-se de uma obliteração, a negação da alteridade pela “Modernidade Europeia” – sendo ela uma construção que se impôs violentamente, como observara Enrique Dussel (2005). Deixamos em relevo aqui uma necessária reflexão sobre o termo entre aspas, evocando contrapontos (Domingues, 2011) à percepção do colonizado que estaria sedimentada predominantemente na dimensão da dominação.

O pensamento de Walter Mignolo identifica a destruição da colonialidade do poder mundial como “desobediência epistêmica” e aponta possibilidades lançadas recentemente com importantes desdobramentos políticos na América Latina. Passamos a palavra ao próprio autor numa citação que acreditamos ser bastante elucidativa:

“A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta. (...) Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender* (...) já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial. (...) Você pode argumentar que razão e racionalidade ocidentais não são totalmente imperiais, mas também críticas como Las Casas, Marx, Freud, Nietzsche, etc. Certamente, mas crítica dentro das regras dos jogos impostos por razões imperiais nos seus fundamentos categoriais gregos e latinos. (...) Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do “real”. Concordo que hoje não há algo fora do sistema; mas há muitas *exterioridades* (...). É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino, etc.), que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força. Os eventos no Equador nos últimos 10 anos, assim como os da Bolívia que culminaram na eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, são alguns dos sinais mais visíveis da atualidade de opção descolonial, embora as forças descoloniais e o pensamento descolonial existam nos Andes e no sul do México por quinhentos anos” (Mignolo, 2008, págs. 290-291).

É no âmbito desse arcabouço teórico, e dos debates suscitados no meio acadêmico e fora dele, que buscamos compreender a ênfase dada aos mencionados léxicos e semânticas, inclusive na Carta Constitucional, como é o caso do Equador e do Estado *Plurinacional* da Bolívia. *Abya Yala*, *Sumak Kawsay* ou *Buen vivir*, *pueblos originarios*. Estes são

alguns dos vocábulos que dão os contornos semânticos e simbólicos às disputas epistêmicas e políticas, marcadas pela presença de outro sujeito enunciador de discurso até então subalternizado, não sem resistências.

Nestes termos, a designação *indígena*, por mais que difundida, representa uma violência, uma generalização eurocêntrica, que se sobrepôs ao longo dos séculos à diversidade de uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que distinguiam a si mesmos como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoni, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante, entre tantas nacionalidades e tantos povos deles originários (Porto-Gonçalves, 2009, pág. 26).

O discurso, o poder de nomear o ‘outro’, desempenhou importante papel na construção da América – nomenclatura esta que homenageia o *colonizador*. Numa matriz que agrega o sistema capitalista, o estado racional-burocrático, a família nuclear patriarcal, a luta de classes, a ilimitada dominação da natureza, a “liberdade igualitária” e um imaginário que repousa no individualismo e no logocentrismo (centralidade da razão); enfim, nessa matriz moderna a desconsideração da *alteridade* perpassa todos seus elementos constitutivos, resultando naquilo a que Dussel refere-se como o mito da violência, o *encubrimiento* (e não descobrimento) do “outro”.

Observamos o encontro/ confronto de narrativas distintas, muitas delas silenciadas em face da estrutura *historicista* global do tempo histórico. Esta estrutura é sintetizada pelo historiador bengali Dipesh Chakrabarty (2000) em suas contribuições para a teoria pós-colonial e os chamados Estudos Subalternos, com os seguintes dizeres: “*first in Europe, then elsewhere*”. Não por acaso, o “pós” da vertente teórica pós-colonial não é referência ao sentido cronológico linear, mas à busca por reconfigurar o campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado.

O vocabulário que se constitui na esteira da luta por reconhecimento trata-se de *reapropriação* (e não resgate) da tradição, de semânticas, perspectivas filosóficas e epistemologias do passado. É nesse processo que se insere o *Sumak Kawsay* (plenitude + viver) ou *Buen vivir* dos quéchuas, ou a territorialização da linguagem por meio da nomenclatura do povo Kuna⁴ para a *Abya Yala* (Terra madura, viva ou Terra em florescimento). Esta é utilizada pelos *povos originários* para designar o continente denominado pelos colonizadores e pela elite *criolla*/colonial como *América*.

*“Somos pueblos originarios de Abya Yala. Nuestros antepasados, nuestros abuelos nos enseñaron a amar y venerar nuestra fecunda Pacha Mama, a convivir en armonía y libertad con los seres naturales y espirituales que en ella existen. Las instituciones políticas, económicas, sociales y culturales que tenemos, son herencia de nuestros antepasados y son la base para la construcción de nuestro futuro.”*⁵

A Abya Yala, segundo o geógrafo Porto-Gonçalves (2009), configura-se “como parte de um processo de construção político-identitária em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento e que tem caracterizado o novo ciclo do movimento indígena”. Percebe-se, portanto, uma conexão entre a preservação da diversidade biológica e a da diversidade cultural e linguística, de modo que uma reforça e dá sentido à outra, especialmente através de amplas estratégias comunicativas.

A cosmovisão sintetizada no *Buen vivir*, a evocação da Abya Yala e o processo de constitucionalização do plurinacionalismo apresentam, sem dúvidas, inovações. Mas pontuamos que estas não deixam de ser, em certa

⁴ O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas) (Porto Gonçalves: 2009).

⁵ Declaração na II *Cumbre Continental de los pueblos y nacionalidades indígenas de Abya Yala*, realizada em Quito, 2004. In: Stavenhagen, R. *Los pueblos originarios: el debate necesario*. 1a Ed. Buenos Aires: CTA Ediciones; CLACSO; Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010, p. 123. .

medida, *críticas modernas da modernidade*, numa contestação que “devolve contra a modernidade suas próprias armas”. Este mesmo comentário é feito por Michael Löwy com relação a Walter Benjamin, tendo em vista que sua recusa extrema e categórica da ideologia do progresso herdada do Iluminismo tenha sido inspirada por valores modernos – como igualdade, liberação, democracia –, e por doutrinas revolucionárias, como o socialismo, anarquismo, marxismo; todos os produtos da mesma modernidade (Löwy, 1992).

Meios e fins: os sentidos da comunicação indígena

Durante a Cúpula Internacional de 2010, em Piendamó (Cauca, Colômbia), sob o tópico *Descolonizar la palabra: para una comunicación andina con incidencia política*⁶, o radialista cubano José Ignacio López Vigil sintetizara a relação que buscamos ressaltar entre a luta histórica pela reapropriação social e mesmo discursiva da natureza, o processo de colonização e a questão da comunicação:

“Quando nos invadiram, quando nos invadiram desde a Europa, nos roubaram o ouro, a prata, nos roubaram a esmeralda, nos roubaram tudo. E o mais importante que nos roubaram foi a palavra. Ordenaram-nos o silêncio, mandaram que nos calássemos. Proibiram-nos de falar. E quando roubam de alguém sua palavra, roubam sua alma, sua essência. O problema da palavra é uma coisa tão importante que, por exemplo, se essa Cúpula indígena não fosse coberta por nenhum meio de comunicação, esta Cúpula não existiria, porque vivemos em um mundo tão midiático, vivemos em um mundo onde os meios de comunicação se tornaram tão importantes que, se você não aparece nos meios, você não existe. Temos que recuperar a palavra roubada (...).”⁷

É sob este contexto, de um histórico atrelado à luta pela “palavra roubada”, que se situam as diversas mobilizações em torno da comunicação. Vemos denotada uma dupla expropriação: material e simbólica. As lutas e a violência – criminalizações por parte dos governos; enfrentamento de grupos armados; deslocamentos forçados, contaminação e mortes no embate contra megaprojetos e transnacionais etc. – relacionadas com a defesa do território em que vivem estão diretamente conectadas com os múltiplos sentidos atribuídos à comunicação.

Note-se que a comunicação está presente nos papéis desempenhados, por exemplo, pelos líderes espirituais e pelas mulheres indígenas. Os primeiros são responsáveis pela comunicação com os espíritos, são os mediadores na relação com o mundo sobrenatural. As segundas são responsáveis pela transmissão da cosmogonia e da cultura indígena aos seus filhos, numa valorização da tradição que guarda forte presença da oralidade.

A luta pela comunicação está relacionada à sobrevivência de diferentes línguas, a práticas educacionais igualmente diferenciadas, a transmissão de saberes ancestrais. Vale observar, no entanto, que esta é apresentada pelos representantes do *Tejido de Comunicación* da *Asociación de Cabildos de Indígenas Norte del Cauca* (ACIN) não como um processo hermético: “*El saber indígena que se camina y se debate y se reflexiona colectivamente no es la cárcel de las costumbres sino el fundamento del tejido colectivo de futuro*” – declaração extraída de texto publicado por ocasião da abertura do Fórum Nacional de Comunicação Indígena, localizado na Universidade Autónoma Indígena Intercultural, Popayán (Cauca, Colômbia) ⁸.

⁶ Fonte: *Ahya Y. Descolonizar la Palabra - José Ignacio López Vigil - Radialistas Apasionados*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=SlwyC0BbKH0> (último acesso 2.12.2012).

⁷ Idem. Tradução própria a partir do espanhol.

⁸ Fonte: *Tejido de Comunicación ACIN. Desafíos para comunicarnos y Ser indígenas*. Disponível em: <http://cric-colombia.org/fnci/?p=374> (último acesso 02.12.2012).

São ainda destacados os espaços ocupados pela comunicação no cotidiano dos diferentes povos e nacionalidades:

“La comunicación está presente (...) Cuando nos comunicamos con los espíritus, con el agua, con el fuego, con el viento, con las plantas, con los animales y con todos los hijos de nuestra Madre Tierra. Cuando escuchamos las memorias de nuestros abuelos y nos tejemos a ellas. (...) Cuando nos armonizamos con nuestros guías espirituales. Cuando caminamos la palabra de los pueblos en defensa de la vida y del territorio. Todos, cada uno de los anteriores y los que se quedan sin nombrar, son espacios de aprendizaje, de saberes, de conocimientos, de prácticas propias, de comunicación (...).”⁹

A comunicação ganha novos sentidos somada às tecnologias da informação e comunicação (TICs), as quais colocam a tradicional oralidade dos povos originários em contato com a instantaneidade, a progressiva compressão de tempos e espaços, características dos meios de comunicação de massa e, mais ainda, dos espaços virtuais. A despeito das transformações tecnológicas e de seu impacto generalizado sobre as formas de comunicação e informação, o *Parlamento Internacional de Comunicación Indígena y Plurinacionalidad*¹⁰, após encontro realizado entre os dias 13 e 16 de novembro de 2012, identificara

“[que] la comunicación indígena sólo tiene sentido si, en el marco de nuestra cultura, defiende la vida para dar a conocer a todos los pueblos del Abya Yala y al mundo, las luchas por nuestros territorios, por nuestros derechos, por nuestra dignidad e integridad. Que la comunicación propia es una estrategia y herramienta para que los pueblos indígenas ejerzan un poder transformador de incidencia en la construcción de imaginarios y para el desarrollo de políticas públicas”¹¹.

A proposta de construção de um currículo de comunicação indígena¹² na UAIIN expõe o distanciamento entre o papel da comunicação indígena e aquele inerente à atividade econômica dos grandes empresários do setor de comunicação. Os critérios de noticiabilidade – não raro submetidos a interesses exclusivamente comerciais – e os princípios propagados como norteadores da produção da informação (objetividade, imparcialidade, neutralidade e etc.) são alguns elementos destoantes.

Esse distanciamento, tanto em termos quantitativos – vide o alto grau de concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos proprietários – quanto qualitativos, reforça a reconhecida necessidade de “*verdaderas políticas públicas diferenciales en el tema de la comunicación indígena*”. *Solo así habrá inclusión en la comunicación, que hoy por hoy es ejercida y manipulada por medios económicos y políticos en nuestros países*¹³. Esta é a conclusão expressa na Declaração de Comunicadores indígenas, em abril de 2012, por ocasião da *VI Cumbre de las Américas* (Cartagena, Colômbia). A mesma reivindicação foi impressa na Declaração do Parlamento Internacional, após o referido encontro, oportunamente realizado no país que adotou de modo pioneiro na América Latina, e que segue ajustando em termos jurídicos, a aplicação efetiva da sua *Ley de Medios*:

⁹ Idem.

¹⁰ O Parlamento é organizado pela *Coordinadora Latinoamericana de Cine y Comunicación de los Pueblos Indígenas* (CLACPI), o *Centro de Comunicación Mapuche KONA* (Argentina) e o *Grupo de Estudios y Comunicación Mapuche Lulul Mawbida* (Chile).

¹¹ Fonte: *Declaración del Parlamento Internacional de Comunicación Indígena y Plurinacionalidad*. Disponível em: http://movimientos.org/enlacei/show_text.php3?key=21825 (último acesso, 02.12.2012). A declaração foi assinada por 21 organizações indígenas oriundas de 11 países.

¹² Fonte: Equipo Coordinador del Foro Nacional de Comunicación Indígena. *Revitalizar la palabra, pilar de la comunicación*. Disponível em: <http://cric-colombia.org/fnci/?p=387>

¹³ Fonte: *Declaración del Parlamento Internacional de Comunicación Indígena y Plurinacionalidad*. Disponível em: http://movimientos.org/enlacei/show_text.php3?key=21825

“La construcción y consolidación de los procesos de comunicación propia como mecanismo para la participación y fortalecimiento organizativo de la comunicación, manejo, uso y gestión de los medios desde un principio de equilibrio y equidad.

La importancia de generar condiciones adecuadas para la creación y administración de sistemas, medios y redes de comunicación indígena, fortaleciendo las prácticas propias y en pleno reconocimiento de formas de producción de contenidos y usos.

Toda legislación de Comunicación debe reconocer la existencia de medios de comunicación indígena y garantizar la implementación efectiva de políticas públicas en favor.”¹⁴

Uma reflexão teórica que permita compreender e conceituar a comunicação como um problema social e de pesquisa exige um contraponto à concepção liberal do “livre mercado de ideias” que impõe barreiras a qualquer controle de um fluxo tido como ‘naturalmente’ auto-regulável¹⁵. O debate, que é parte da luta dos povos e nacionalidades indígenas da *Abya Yala* (América) pela palavra, se dá pela revisão das concepções restritas e procedimentais atreladas a conceitos como *liberdade de expressão*. Nesse sentido, palavras como *pluralidade*, *interculturalidade* e *autonomia* são recorrentes em discursos, declarações e manifestos, de modo a redefinir, em última instância, os espaços de fala e ação historicamente cristalizados no âmbito dos Estados-nações moderno.

Um detalhado Plano anual de Comunicação da CAOI, elaborado nos primeiros meses do último ano, colocava a necessidade de assumir a comunicação como uma política de organização e delineava como objetivo principal:

Consolidar la capacidad comunicacional de la CAOI en la región andina, y su aporte a la construcción de un tejido comunicacional más democrático, intercultural y participativo, como herramienta estratégica para fortalecer la incidencia política nacional, regional e internacional posicionando la importancia del ejercicio pleno de los derechos de los pueblos indígenas

Dentre os objetivos específicos do documento estava a busca por “*alianzas con otros medios y redes de comunicación afines, con miras a una mayor difusión de las acciones, propuestas y visiones de los pueblos indígenas de la región andina, enmarcado en un enfoque de equidad*”. Para tanto, entre as atividades requeridas foi listada a “*participación en reuniones virtuales, presenciales si es necesario para la articulación con las para cobertura, difusión y comunicación rumbo a Río+20*” – evento internacional onde representantes da CAOI, ao lado da CLOC/Vía Campesina e da Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), dentre outros, participaram efetivamente de encontros diversos, inclusive relativos à comunicação.

A capacitação de comunicadores(as) e o acesso às ferramentas tecnológicas estão expressos em diversos pontos da programação estabelecida, tendo em vista, por exemplo, a otimização do *site* da CAOI e de suas redes sociais ou ainda a elaboração de materiais de formação (análise e aprofundamento de temas chaves) para comunicadores(as) das organizações integrantes da CAOI e dirigentes.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Para mais sobre este debate teórico: Miguel, L.F. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-3%20129-147%20luis%20felipe%20miguel.pdf>

**TABELA SÍNTESE DO ANO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO INDÍGENA -
2012**

EVENTOS	PAÍS / MÊS	OBSERVAÇÕES
• <i>Congreso Nacional de Comunicación Indígena de México</i>	México/ fevereiro	Lançamento de 2012 como o Ano Internacional de Comunicação Indígena.
• <i>IV Taller Internacional de la Red Abya Yala</i>	Colômbia/ fevereiro.	Participantes: <i>Organización nacional indígena de Colombia</i> ONIC; programa de comunicações do <i>Concejo regional indígena del Cauca</i> CRIC, RED AMCIC; <i>Tejido de Comunicaciones</i> - ACIN, <i>Red TicKaribe</i> ; <i>Fuerza de mujeres Wayuu</i> ; Centro de Comunicação Mapuche (Argentina); Congreso Nacional de Comunicação Indígena (México); Confederação Nacional de Povos Indígenas de Equador, Ecuarunari (Ecuador); Centro de Formação Cinematográfica (Bolívia); <i>Coordinadora Latinoamericana de Cine y Comunicación de los Pueblos Indígenas</i> –CLACPI; <i>Consejo Coordinador Regional Salvadoreño</i> (El Salvador); <i>Mapuexpress</i> (Chile), CONAIE (Ecuador), Centro de culturas do Perú CHIRAPAQ; CEFREC (Bolívia); AIPIN (México), entre otros.
• <i>Fórum Permanente para as Questões Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU)</i>	Nova York/ maio	Saúl Vicente Vásquez, membro do <i>Fórum</i> , solicita que se recomende a instancia de comunicação da ONU o apoio à realização e a participação, através de representante do Fórum, na <i>II Cumbre Continental de la Comunicación Indígena de Abya Yala</i> (Oaxaca, México, 2013); que se recomende aos Estados a garantia do direito à comunicação e informação dos povos indígenas.
• Rio+20	Rio de Janeiro, Brasil/ junho	Fórum Mundial de Mídia Livre. Mesa <i>Democratizar la comunicación para el Buen Vivir</i> – Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), ALER, Minga Informativa de Movimientos Sociales, Barão de Itararé e <i>Enlace de Medios para la Democratización de la Comunicación</i> forma alguns dos coletivos de comunicação presentes. ALER também coordenou a mesa <i>Iniciativa Panamazónica: Comunicación para el Buen Vivir</i> .
• <i>III Congreso Ordinario de la CAOI</i>	Bogotá, Colômbia/ julho	Reafirmação do “ <i>fortalecimiento y empoderamiento de los procesos de comunicación</i> ” entre os temas prioritários do novo Conselho Diretivo (2012-2014), sob coordenação geral de Gerardo Jumí Tapia, da Organização Nacional Indígena

	Colombiana (ONIC)	
• <i>XI Festival internacional de cine y comunicación Indígena.</i> Organizado pela Coordinadora, Latinoamericano de Cine y Comunicación de los Pueblos Indígenas, CLACPI (fundada em 1985), e outros.	Bogotá e Medellín/ setembro e outubro	Critérios de seleção e premiação do Festival: <i>Reflejar el derecho de los pueblos indígenas, originarios y campesinos a la libertad y la autodeterminación; fomento del respeto y dignidad de los pueblos indígenas; alertar y denunciar la violación de derechos, persecución y genocidio sufrida por los pueblos indígenas; promover la equidad de género y los derechos de la mujer indígena; aportar al fortalecimiento de la identidad y la cultura indígenas; resaltar las expresiones culturales en situaciones de desaparición y/o asimilación; contribuir a los procesos organizativos y de lucha de los pueblos indígenas; expresar la noción del desarrollo desde la perspectiva indígena; promover el diálogo intercultural; defender el derecho a la comunicación y a la utilización creativa de recursos estéticos y narrativos.</i>
• <i>Encuentro de Comunicación Popular y Buen vivir, en el mundo desde nuestro mundo</i> Organizado pela ALER.	Equador/ outubro	Durante o encontro foram realizadas palestras com diferentes temáticas relacionadas ao <i>Buen vivir</i>, espaços de diálogo e três mesas de trabalho onde foram apresentadas distintas experiências que permitiram o diálogo, reflexão e análise. Mesa 1: <u><i>Comunicación popular, pueblos y nacionalidades indígenas y afrodescendientes</i></u>. Mesa 2: <u><i>Comunicación popular y mujeres</i></u>. Mesa 3: <u><i>Comunicación popular y jóvenes</i></u>. O evento teve a participação de integrantes de diferentes países da América Latina e Caribe. Página do evento, com a memória do Encontro: http://40.aler.org.
• <i>Parlamento Internacional de Comunicación Indígena y Plurinacionalidad</i>	Buenos Aires, Argentina/ novembro	Declaração final apresenta denúncias, exigência e defende a comunicação própria como “<i>una estrategia y herramienta para que los pueblos indígenas ejerzan un poder transformador de incidencia en la construcción de imaginarios y para el desarrollo de políticas públicas</i>”. Busca-se favorecer “<i>legislaciones que garanticen el Derecho de los Pueblos Indígenas Originarios a la Comunicación de manera de contribuir a la construcción integral de Estados Plurinacionales</i>”.
• <i>Foro Nacional de Comunicación Indígena, “Hacia una Política Pública Diferencial de Comunicación e Información”</i> Organizado por: Consejo Regional	Cauca, Colômbia/ novembro	Princípios e propósitos que orientam uma Política de Comunicação Indígena: cosmovisão e relação com a <i>Madre Tierra</i>; autonomia baseada na origem e espiritualidade; resistência para consolidar processos autônomos; uso estratégico da comunicação para conscientização e mobilização; fortalecimento das redes de comunicação indígena e populares; espaços de comunicação como saberes para defender a vida. “<i>Demandamos una política pública diferencial entendida en el sentido que debe respetar la</i>

Indígena del Cauca (CRIC), ONIC e Asociación de Medios de Comunicación Indígena de Colômbia.		<i>construcción normativa y autónoma de los pueblos indígenas, de acuerdo con sus características territoriales, políticas, sociales y culturales, generando y garantizando los recursos especialmente para la implementación y ejecución de los procesos y medios de comunicación propios”.</i> ¹⁶
• <i>V Congreso Nacional de Comunicación Indígena</i>	México/ outubro	Principais objetivos: Definir estratégias para a II <i>Cumbre Continental de Comunicación Indígena del Abya Yala</i> (Santa María Tlahuitoltepec, Oaxaca, 2013); analisar e aprovar objetivos e ações principais do <i>Plan Nacional de la Comunicación Indígena de México</i> , dentre outros.
• <i>Taller de Comunicación de la Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)</i>	Bogotá, Colômbia/ novembro	Decidiu-se pela busca da implementação da Escola de Formação Contínua de Comunicação Integral – político técnica – da <i>Cuenca Amazónica</i> , cuja orientação seja feita desde a COICA, e operada pelas organizações de cada país, suas bases e aliados estratégicos; proposta de criação do Centro de Informação, Documentação e Investigação.

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório do Direito à Comunicação dos Povos Indígenas – <http://clacpi.org/observatorio/?cat=17>.

Ainda sobre a Rio+20, vale uma breve observação. Diversos movimentos (indígenas, negros, de mulheres, camponeses etc.) se reuniram na Cúpula dos Povos – evento paralelo contra algumas das soluções privilegiadas na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável –, e se articularam num consenso sobre o metabolismo sócio-ambiental e os impactos da precificação capitalista da natureza. A “mercantilização” dos chamados *bens comuns*¹⁷ foi identificada com as denominadas “falsas soluções” da *economía verde*¹⁸. Do ponto de vista das articulações intergrupos, destacamos a convergência de movimentos sociais e ONGs em torno dos diagnósticos sócio-políticos e ecológicos expressos na Declaração Final¹⁹ redigida ao término do evento, onde confluíram, ainda que momentaneamente, grupos submetidos a déficits de reconhecimento, participação e distribuição de recursos – movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito a cidade e etc.

¹⁶ Fonte: Pronunciamento del Foro Nacional de Comunicación Indígena. Disponível em: <http://cric-colombia.org/fnci/?p=439> (último acesso, 06.12.2012)

¹⁷ Argumenta-se que não existe uma ‘lista mestra’ de bens comuns ou uma definição única de comuns. “Cada comum é produto de uma circunstância histórica singular, de uma cultura local, de determinadas condições econômicas e ecológicas...” De modo geral, os comuns são entendidos como essenciais, sejam naturais, sociais ou os comuns do conhecimento. “Os comuns naturais são essenciais para sobrevivência [água, biodiversidade, sementes], os comuns sociais garantem a coesão social [transporte, educação, saúde], e os comuns culturais [comuns informacionais, meios de comunicação, TICs], por sua vez, são indispensáveis para dirigirmos nossas paixões com autonomia”. Fonte: COREDEM (org.) Os bens comuns, modelo de gestão dos recursos naturais. Revista PASSERELLE, nº 6, 2012. (p.12).

¹⁸ Fonte: VIA CAMPESINA (9junho2012). *Las falsas soluciones de la economía verde*. Disponível em: http://www.movimientos.org/madretierra/show_text.php3?key=20862 (último acesso 4 de agosto de 2012)

¹⁹ Fonte: Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20. Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/> (último acesso, 20 de dezembro de 2012).

Conclusivamente, lembramos que o Ano Internacional da Comunicação Indígena foi também o ano de comemoração de duas grandes organizações, ambas integrantes da CAOI: 40 anos da *ECUADOR RUNACUNAPAK RIKCHARIMUI* ou *Confederación Kichwa del Ecuador* (Ecuadorunari) e 30 anos da ONIC. Mais que datas festivas são momentos propícios para balanços entre avanços e retrocessos, redefinições de rumos, atualização de perspectivas, rememoração do passado e sua releitura a partir da conjuntura presente. É esse também o propósito percebido nas manifestações ao longo do Ano Internacional de Comunicação Indígena: interpretar e compreender coletivamente o mundo que se quer comunicar.

A título de conclusão

Há uma agenda para comunicação indígena em curso na América Latina. Esta agenda, sustentada sobre articulações transfronteiriças, tem como princípios básicos os elementos constituintes da cosmovisão indígena evocados em contraposição à herança da colonialidade/modernidade. O fortalecimento da comunicação indígena perpassa a exigência de políticas públicas e um papel do Estado não só garantidor de direitos universais, mas também das condições necessárias para que estes sejam pluralmente repensados para além do Estado-nação moderno, respeitados, efetivados e institucionalizados.

Nesse sentido interpretamos as demandas pela normatização do direito à comunicação, via Estado, como um caminho buscado para a inclusão da alteridade negada. Contudo, notemos que os princípios de harmonia, a defesa do bem coletivo, a garantia de regeneração, não mercantilização e interculturalidade expressos pelo presidente Evo Morales na *Ley de Derechos de La Madre Tierra* (Lei 071) estão reconhecidos, porém não definitivamente garantidos. Especialmente porque a tradução de princípios em práticas se dá nas contingências, nas experiências cotidianas, nos debates por reconhecimento e redistribuição travados entre sociedade e Estado.

Recentes iniciativas de inclusão da alteridade colocam em questão os desafios de *descolonizar o Estado*, reestruturando (sem necessariamente desmontar) velhos arcabouços jurídicos, tornando-os agregadores, redefinindo sua organização interna, e, de modo mais radical, suas bases epistemológicas. Em abordagens futuras valerá explorar a criminalização da Justiça Indígena pelos meios de comunicação e as possibilidades de sua co-existência com a Justiça Ordinária.

Ainda no campo dos desafios, atentamos, como sugere Pablo Stefanoni, para contradições e diferentes vias atualmente associadas ao *buen vivir*. Em termos práticos, ao longo do último mês de julho (2012), a resistência dos indígenas do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS) à construção de uma estrada cujo traçado original partiria o parque em dois, ameaçando seu espaço vital, representa um ponto de inflexão e um alerta para as dificuldades de se “*aterrijar*” *perspectivas posdesarrollistas* (Stefanoni, 2012, pág. 20). A respeito do suposto consenso entre os defensores do *buen vivir* e dos valores tradicionais indígenas, Stefanoni alerta que o enfrentamento na Bolívia por conta de TIPNIS cancelou a possibilidade de se fazer planos neodesenvolvimentistas no âmbito das políticas públicas e manter ao mesmo tempo discursos “*pachamámicos*”.

Não parecem possível ‘decantar’ todos os traços da *Modernidade* ao mesmo tempo articulados, misturados, sobrepostos, impostos sobre a cultura ancestral, tradicional ou originária. Por outro lado, reconhecer isso não significa ignorar práticas e significados historicamente em disputa. Estes opõem cosmovisões e projetos divergentes, os quais ganham forma no embate, no conflito político-econômico, discursivo e simbólico, numa contingência atravessada pelos elementos do sistema capitalista, cuja formação e consolidação esteve estreitamente ligada à construção da própria “América”.

Referências

- Acosta, A. (Abril de 2010). Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza. *Revista América Latina en Movimiento*. Ano XXXIV, II época .
- Chakrabarty, D. (2000). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Recuperado el 22 de 04 de 2012, de <http://press.princeton.edu/chapter/i8507.pdf>
- Dussel, H. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: . En E. (. Lander, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (págs. 24-32). Buenos Aires: CLACSO.
- Dussel, H. (s.f.). *Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación)*. Recuperado el 04 de 08 de 2012, de <http://www.afyl.org/transmodernidadeinterculturalidad.pdf>
- Cordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (2010). *Buen Vivir / Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima: CAOI.
- Löwy, M. (1992). A escola de frankfurt a modernidade de Benjamin e Habermas. *Revista Novos Estudos CEBRAP* (32), 119-127.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – dossiê: literatura, língua e identidade* (34), 287-324.
- Porto, C. (2009). Entre América e Abya Yala. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* (20), 25-30.
- Porto, C. (2000). *Latifundios genéticos y existencia indígena*. Chiapas: Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC) .
- Porto, C. (2011). O espírito de Cochabamba: a reapropriação social da natureza. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* (20), 25-30.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Stefanoni, P. (2012). ¿Y quién no querría “vivir bien”? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano. *Revista Crítica y Emancipación* (7), 9-25.